

	<p><b>Protocolo Nº 20200528211705120</b></p> <p>Sua solicitação foi enviada à <b>Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito da Comarca de ARACAJU</b> em 28/05/2020 21:17 por KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ, OAB 2592##SE.</p>
---	--

**DADOS DO PROTOCOLO**

**Tipo de Protocolo:** PETICIONAMENTO GERAL - Outras Petições

**Processo:** 201940601144

**Classe:** Procedimento Comum

Dados do Processo Origem			
<b>Número</b> 201940601144	<b>Classe</b> Procedimento Cível	Comum	<b>Competência</b> Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
<b>Guia Inicial</b> 201910068430	<b>Situação</b> ANDAMENTO	<b>Distribuido Em:</b> 23/07/2019	

Partes		
Tipo	CPF	Nome
Requerente	59015489572	JOSÉ CLEONALDO DE SÁ MELO
Requerido	09248608000104	SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Anexos		
	Nome	Tipo
1	<a href="#">2650283_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01.pdf</a>	Petição

**ATENÇÃO!**

1. Documentos produzidos eletronicamente serão considerados originais, para os efeitos da lei, devendo os originais dos documentos digitalizados ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória.
2. Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 (dez) dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.
3. Ressalvados os casos de sigilo e segredo de justiça, os documentos digitalizados juntados em processo eletrônico somente estarão disponíveis para acesso por meio da rede externa para suas respectivas partes processuais, através dos seus advogados, e para o Ministério Público.
4. Caso haja impedimento para o registro do processo eletrônico pelo Juízo, a solicitação será devolvida ao Portal do patrono solicitante (advogado, defensor público ou promotor de justiça), a fim de que possa ser submetido à regularização.
5. Atualize o seu e-mail para o Sistema Push. Este serviço promove o envio de correspondência eletrônica, dando-lhe informações sobre o andamento dos processos ajuizados por Vossa Senhoria. Se for caso de vinculação posterior a processos, o cadastro deverá ser realizado através do Portal TJSE.

**Imprimir**



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO VADT DA COMARCA DE ARACAJU/SE**

Processo: 201940601144

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE CLEONALDO DE SA MELO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Inicialmente, a parte ré informa que para realização de qualquer pagamento administrativo por Seguro DPVAT concernente à cobertura por invalidez permanente, as vítimas são submetidas a perícia com o escopo de ser apurado o *quantum* devido em decorrência da lesão suportada.

Frisa-se que aludida verificação realizada na seara administrativa é realizada por profissional imparcial e tecnicamente competente, obedecendo os estritos limites da legislação aplicável, e a conclusão nesta seara foi pela ausência de invalidez permanente, pois a vítima ainda se encontrava em tratamento:

PARECER	
<b>Diagnóstico:</b>	FRATURA DUPLA DE TÍBIA E FÍBULA À ESQUERDA.
<b>Descrição do exame físico:</b>	AO EXAME FÍSICO FOI EVIDENCIADO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM USO DE FIXADOR EXTERNO NA PERNA (TÍBIA), MARCHA COM AUXÍLIO DE MULETAS AXILARES, EDEMA DE GRANDE VOLUME NA PERNA E PÉ, FLEXÃO CONTÍNUA DO PÉ, CICATRIZ CIRÚRGICA LINEAR NA FACE ANTERIOR DA PERNA, PRESENÇA DE FIXADOR EXTERNO TUBULAR NA PERNA. PERICIADO SERÁ REAVALIADO EM MARÇO DE 2019. PERICIADO FOI INTERNADO 03 VEZES DEVIDO A FRATURA, PROGNOSTICO RESERVADO.
<b>Resultados terapêuticos:</b>	O QUADRO NÃO EVOLUIU COM ESTABILIZAÇÃO DAS LESÕES DO PONTO DE VISTA MÉDICO LEGAL (PERICIADO EM TRATAMENTO)
<b>Sequelas permanentes:</b>	
<b>Sequelas:</b>	Em tratamento
<b>Data do exame físico:</b>	30/01/2019
<b>Conduta mantida:</b>	
<b>Observações:</b>	

Destaca-se que não se apresenta plausível a conclusão do n. perito judicial, mormente, por todos os avanços na área da medicina, que oportunizam uma melhora, atenuação, do quadro clínico da parte autora, não se justificando o surgimento tardio de uma invalidez permanente.

Pelo exposto, a parte ré impugna expressamente o laudo pericial produzido, tendo em vista a divergência apontada, requerendo que seja a presente demanda julgada improcedente, e, extinta com fundamento no artigo 487 inciso I do CPC.

### **DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

Caso superas as teses de defesa, mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais.

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ1.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que por certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta, que é exatamente o caso dos autos:

<b>PARECER</b>	
<b>Diagnóstico:</b>	FRATURA DUPLA DE TÍBIA E FÍBULA À ESQUERDA.
<b>Descrição do exame físico:</b>	AO EXAME FÍSICO FOI EVIDENCIADO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM USO DE FIXADOR EXTERNO NA PERNA (TÍBIA), MARCHA COM AUXÍLIO DE MULETAS AXILARES, EDEMA DE GRANDE VOLUME NA PERNA E PÉ, FLEXÃO CONTÍNUA DO PÉ, CICATRIZ CIRÚRGICA LINEAR NA FACE ANTERIOR DA PERNA, PRESENÇA DE FIXADOR EXTERNO TUBULAR NA PERNA. PERICIAO SERÁ REAVALIADO EM MARÇO DE 2019. PERICIAO FOI INTERNADO 03 VEZES DEVIDO A FRATURA, PROGNOSTICO RESERVADO.
<b>Resultados terapêuticos:</b>	O QUADRO NÃO EVOLUIU COM ESTABILIZAÇÃO DAS LESÕES DO PONTO DE VISTA MÉDICO LEGAL (PERICIAO EM TRATAMENTO)
<b>Sequelas permanentes:</b>	
<b>Sequelas:</b>	Em tratamento
<b>Data do exame físico:</b>	30/01/2019
<b>Conduta mantida:</b>	
<b>Observações:</b>	

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;

<sup>1</sup>Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Dessa forma, na remota hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar o enquadramento da invalidez conforme seguimento corporal acometido, bem como o grau de repercussão indicado pelo expert, em pleno atendimento à Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

ARACAJU, 26 de maio de 2020.

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
**2592 - OAB/SE**